

### Editorial



Caros Colegas

Finalmente, inaugurámos a nova sede nacional no dia 29 de Março último. Depois de cerca de cinco meses de obras de adaptação, temos o gosto de ter a sede apta a receber os nossos associados, a realizar conferências, mesas redondas ou sessões de apresentação de livros no novo auditório.

No entanto, as várias actividades da Ordem não abrandaram durante o período em que as obras se desenrolaram. Realizámos várias conferências em parceria com a Ageas em Évora e Viseu. As nossas delegações regionais, ao longo do país, têm-se também multiplicado em iniciativas, quer com as universidades, quer com as associações empresariais demonstrando a sede e as delegações a preocupação de divulgar a Ordem e analisar e discutir as inúmeras questões económicas e sociais com que nos deparamos presentemente.

Já no novo auditório, a 23 de abril, teremos um Fim de Tarde com alguns dos promotores da petição pública com vista à reforma do sistema eleitoral. A 7 de maio, na Fundação Gulbenkian, levaremos a efeito a primeira apresentação do Ranking dos Municípios Portugueses, numa manhã em que os autores deste relatório apresentarão o que investigaram e concluíram relativamente a vários aspectos da sustentabilidade das autarquias, em que o keynote speaker será o nosso Colega Miguel Cadilhe e em que várias personalidades farão os comentários finais numa mesa-redonda que se espera vir a ser participada e com interacção com o público.

Retomamos, assim, a normalidade das actividades e iniciativas da Ordem e esperamos dos nossos Associados a presença regular nestas realizações e a angariação, como lhes tem repetidamente sido solicitado por mim, de novos membros que ajudem esta Associação Pública Profissional a crescer, continuando a dignificar a profissão de economista.

Lisboa, 20 de Março de 2019

Rui Leão Martinho  
*Bastonário*

## Próximos Eventos

Data	Dia	Hora	Evento	Oradores	Local
<b>07/05</b>	3ª	09.00/13.00h	Rating das Municipalidades	Miguel Cadilhe, Paulo Caldas	Fundação Calouste Gulbenkian
<b>23/05</b>	5ª		Conferência O.E. Ageas	Consultar Site	Loulé
<b>25/05</b>	Sáb	09.00/18.00h	Encontro de Economistas de Língua Portuguesa	Consultar Site	UCCLA
<b>14/06</b>	6ª		VII Seminário Ibérico	Consultar Site	Valladolid
<b>9 e 10/7</b>	3ª e 4ª		8º Congresso Nacional dos Economistas	Consultar Site	Fundação Calouste Gulbenkian

## Ordem dos Economistas

Rua da Estrela, 8  
1200-669 Lisboa

Telefone: 213929470 Fax: 213961428

e-mail: [geral@ordemeconomistas.pt](mailto:geral@ordemeconomistas.pt)

Website: [www.ordemeconomistas.pt](http://www.ordemeconomistas.pt)

Vou retomar o tema do meu último artigo (O VAB e as Exportações) provocado por uma pequena notícia do Expresso-Economia de 5 de Janeiro.

Sob o título Indústria Ajusta, o Jornal faz referências a algumas empresas do sector da Construção & Obras Públicas, com algumas imprecisões relativamente a uma (Conduril, sob o subtítulo Oásis Conduril). Pela informação a que tenho acesso, começarei pela imprecisão, cito, «No pico da recessão (creio que o articulista se refere à de 2008) refugiou-se em África. Beneficia agora das empreitadas da ferrovia». Este «benefício» creio dever-se a trabalho adequado desde 1990, data do início da operação da Conduril em Angola.

Qual a causa da provocação do artigo? Porque o caso da Conduril exemplifica a importância da distribuição da criação de riqueza criada pelo VAB no desenvolvimento das empresas e, consequente e inofensivamente, do país e que defendi naquele artigo. Agradeço ao Presidente do seu Conselho de Administração os dados que me facultou. Atente-se no quadro seguinte que expressa esta distribuição sobre o VAB criado nos cinco anos de 2013 a 2017.

Anos	2013	2014	2015	2016	2017
<b>VAB</b>	<b>108.256.374</b>	<b>107.033.612</b>	<b>68.804.854</b>	<b>64.931.347</b>	<b>69.628.988</b>
<b>Distribuição da Riqueza criada pelo VAB (%)</b>					
Pelos Trabalhadores	36	39	57	56	52
Pelos Credores Financeiros	5	8	20	20	16
Pelo Estado	19	13	5	4	8
Pelos Accionistas	5	3	1	1	4
Pelo financiamento da própria empresa	35	37	16	19	20

Creio que o leitor do meu citado artigo concordará comigo com a total coerência entre os argumentos que aí expendi e a evolução que esta distribuição apresenta:

A consistência da evolução da riqueza criada distribuída aos trabalhadores (empregados), com a necessidade de as empresas constituírem a massa de remunerações adequadas ao seu objectivo de desenvolvimento.

A consistência da evolução da riqueza criada distribuída aos accionistas (empregadores), com o seu papel de contribuírem para projecto em que acreditam sendo suficiente perceberem rendimento razoável tendo em conta o custo de oportunidade, sempre de considerar.

A consistência da evolução da riqueza criada distribuída aos credores financeiros, com o seu contributo decorrente principalmente das necessidades futuras de financiamento.

A consistência da evolução da riqueza criada retida pela própria empresa por constituir reservas destinadas a projectos futuros.

Finalmente, a aparentemente fraca % da distribuição da riqueza criada ao Estado, decorrente do elevado nível de IRC cobrado, é reforçada pelos impostos cobrados sobre o rendimento resultante das elevadas % distribuídas aos trabalhadores e pelo IVA resultante das Vendas e Serviços prestados.

Por outro lado, os valores distribuídos aos trabalhadores são justificados pelos seus contributos para a riqueza criada (ver quadro seguinte).

Anos	2013	2014	2015	2016	2017
VAB/Vendas e Serviços prestados (%)	53	54	40	49	50
VAB por Colaborador (€)	58.887	50.944	32.047	27.903	33.800

Dito de outro modo, mau grado a elevada taxa de IRC suportada pelas empresas, algumas há que

conseguem elevar a gestão a níveis de qualidade que produzem os resultados almejados porque resultantes da prossecução de objectivo conforme caminho traçado com muita antecedência e de probabilidade de sucesso maximizada pela constância no propósito: a sustentabilidade não é consequência do acaso, do discurso, da vontade ou da esperança. Sendo a sustentabilidade que promove a perenidade (período de vida longo) das organizações ela tem de ser suportada por condições adequadas ao seu objectivo.

O que não seria se o Estado reduzisse o IRC para níveis não asfixiantes, negociando contrapartidas de acordo com a sugestão que apresentei no meu referido anterior artigo?

18 Janeiro de 2019

## Livros

A Ordem recomenda a seguinte leitura:



**NOTAS ECONÓMICAS Nº 47**  
 Dezembro 2018  
 Imprensa da Universidade de Coimbra  
 Faculdade de Economia da Universidade  
 De Coimbra

### “RESUMO

Do ponto de vista da “contabilidade do crescimento”, a Produtividade Total dos Fatores (PTF) é um dos principais fatores explicativos do crescimento económico, desempenhando um papel fundamental na compreensão das diferenças registadas no desempenho económico entre países. No entanto, nos últimos anos o crescimento da produtividade tem vindo a diminuir nos países desenvolvidos, e Portugal não é exceção. Uma das determinantes da PTF é a eficiência na afetação dos recursos pelos diferentes ramos de atividade. O presente estudo apresenta estimativas dos desvios – relativamente à situação eficiente – da afetação dos recursos entre ramos de atividade pertencentes ao mesmo setor, para o período entre 2000 e 2015 em Portugal. As estimativas são obtidas através da aplicação do modelo de Hsieh e Klenow (2009). Os resultados indicam que as distorções existentes na economia portuguesa são significativas, principalmente as associadas à escolha da combinação capital/trabalho.

Em consequência, os ganhos potenciais da reafetação dos recursos são também elevados, situando-se entre 30 e 40% do produto. No entanto, variaram pouco ao longo dos últimos anos, pelo que as “reformas estruturais” previstas no programa de ajustamento implementado no tempo da troika não parecem ter surtido grande efeito, pelo menos até 2015. “

## Ordem dos Economistas

Rua da Estrela, 8

1200-669 Lisboa

Telefone: 213929470 Fax: 213961428

e-mail: [geral@ordemeconomistas.pt](mailto:geral@ordemeconomistas.pt)

Website: [www.ordemeconomistas.pt](http://www.ordemeconomistas.pt)

Se desejar ser removido da nossa lista de distribuição, envie um e-mail para [geral@ordemeconomistas.pt](mailto:geral@ordemeconomistas.pt) com o assunto :  
 Remover Newsletter